

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 6



Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

PG 8 A 13



30 ANOS
ESMEC

MELHORES PRÁTICAS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ANUNCIA OS TRÊS
PROJETOS VENCEDORES DO PRÊMIO QUE TEM COMO
OBJETIVO APERFEIÇOAR O SERVIÇO DO JUDICIÁRIO

PG 3

PAI PRESENTE NAS ESCOLAS

ATÉ 11 MIL ESTUDANTES DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE FORTALEZA PODERÃO
TER O NOME DO PAI NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO



PG 14

PG 17

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
VICE-PRESIDENTE: Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes
CORREGEDOR-GERAL: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: Juiz José Maria Sales
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA: Desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL: Sílvia Goes
SUBEDITOR: Bruno de Castro
REDAÇÃO: Ana Carolina de Palhano, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Emanuely Néri, Mariana Galvão, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros, Rodrigo França, Thyliana Costa e Ulysses Sousa
COLUNISTA: Edson Gomes e Luciberto Forte
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Calvin Penna e Rannjon Mikael
FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS: Calvin Penna, Rannjon Mikael, Freepick e Pixabay



www.tjce.jus.br



imprensa@tjce.jus.br



facebook.com/tjceoficial



twitter.com/tjcenoticias



PAI PRESENTE

chega às escolas



Editorial

Todos os olhos do Judiciário brasileiro estão voltados para o Ceará neste mês de junho. Porque é daqui, precisamente nos dias 9 e 10, que discussões poderão emanar dias melhores para as Justiças Estaduais. Onde o compartilhamento de experiências poderá fazer, num futuro próximo, com que muitas iniciativas exitosas espalhem-se pelo País. E nós, do TJCE, temos muito o que apresentar. Em pouco mais de um ano da gestão da presidente Iracema Vale, inúmeros projetos foram colocados em prática e provaram o quanto é importante o magistrado ir além dos julgamentos. Ele precisa ser parte da comunidade onde atua. O Ceará tem sido vanguarda nisso. Assim como tem feito um excelente trabalho por intermédio da Escola da Magistratura, em 2016 completando 30 anos de atuação. E como tem sido ao estimular que seus servidores, juizes e desembargadores apresentem mais e mais ideias para serviços serem aperfeiçoados. O Prêmio Melhores Práticas é prova disso. Cada vez mais projetos são inscritos nas edições anuais. A passagem de presidentes de todos os Tribunais de Justiça do Brasil pelo Ceará será uma vitrine para mostrarmos o quanto o projeto “Pai Presente” é vitorioso. Desde que foi colocado em prática, mais de seis mil reconhecimentos de paternidade aconteceram. E, agora, ele chega às escolas de Fortaleza, onde mais de 11 mil crianças não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Servirá também para apresentarmos o projeto “Terminal Literário”, ao qual o TJCE se aliou para divulgar a Lei Maria da Penha. Com o Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça em Fortaleza, o Ceará provará o quanto está preocupado com a política de adoções e com a expansão da estrutura para a realização de conciliações e mediações, exigências do novo Código de Processo Civil e da nova Lei de Mediação. Por isso, essa é uma edição especial do “Jornal do Judiciário”.

Boa leitura!

Sílvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE

PARCERIA DO TJCE COM A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA VAI POSSIBILITAR A MILHARES DE CRIANÇAS O ACESSO A DIREITOS HOJE NÃO ASSEGURADOS POR CAUSA DE UMA SEÇÃO EM BRANCO NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Até setembro, seis escolas públicas da rede mantida pela Prefeitura de Fortaleza receberão técnicos de um mutirão da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). A mobilização visa identificar os pais de estudantes cuja paternidade não consta na certidão de nascimento. E, a partir daí, incluir o nome no documento. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, as ações devem alcançar aproximadamente três mil alunos da rede pública de ensino do município-sede, dos distritos e da zona rural.

A primeira visita ocorreu em 21 de maio e contemplou a Escola Professor Francisco Jaborandi. A unidade fica no bairro Jangurussu, uma localidade com elevados índices de vulnerabilidade social e que requer do poder público, em todas as suas esferas, atenção especial. A tarefa do “Pai Presente” conta com a atuação de estudantes dos cursos de Direito e Psicologia da Faculdade Devry Fanor, outra parceira do TJCE.

Coordenadora do projeto, a juíza auxiliar da Corregedoria, Roberta Ponte, explica que outros bairros com elevados índices de vulnerabilidade também serão beneficiados pelo mutirão. Aerolândia e Bom Jardim, por exemplo, já estão na lista desse primeiro momento da mobilização.

O Bom Jardim é uma localidade que integra o chamado “Território da Paz”, programa do Governo Federal cujo foco é a redução da criminalidade a partir do envolvimento da comunidade em ações de prevenção e combate à violência. “Queremos aumentar o número de pessoas que apresentam o sobrenome do pai na certidão de nascimento. Afinal, todos têm direitos e garantias que estão previstos na Constituição brasileira”, ressalta a magistrada.

Quase sempre no topo do ranking de homicídios de Fortaleza, a Barra do Ceará também está na lista de beneficiados dessa primeira

De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista



lucibertofo@tjce.jus.br

O CÓDIGO BEVILÁQUA

Cearense de Viçosa do Ceará, o jurista Clóvis Beviláqua, se ainda estivesse na terra, certamente honrado estaria em ver seu projeto ainda repercutir no meio jurídico nacional um século depois de aprovado. O projeto original do Código Beviláqua, manuscrito pelo notável jurista, está à disposição dos visitantes no Memorial do Poder Judiciário, localizado no térreo do Palácio da Justiça.

CÁRMEN LÚCIA

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, participará do 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, em Fortaleza, nos dias 9 e 10 de junho. Também estarão na capital cearense ministros do Superior Tribunal de Justiça, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, além de magistrados de todos os Estados e Distrito Federal.

BOAS VINDAS

Ao lado da anfitriã do evento, a desembargadora Iracema Vale, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, a ministra Cármen Lúcia será a principal autoridade do Judiciário nacional presente ao jantar de boas-vindas que o governador Camilo Santana oferecerá aos participantes do Encontro. O jantar será às 21h do dia 9, no Palácio da Abolição.

REFERÊNCIA

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que teve sua nomenclatura modificada para Conselho dos Tribunais de Justiça, foi criado em 1992 após proposição do desembargador Odyr Porto, então presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

INTEGRAÇÃO

O Conselho atua na defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Judiciário, especialmente do Judiciário Estadual, na integração dos Tribunais e no intercâmbio de experiências funcionais e administrativas.

etapa do “Pai Presente” nas unidades educacionais. Em todas as escolas, o Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen) realizará exames de DNA para que não restem dúvidas quanto à paternidade do apontado pela(o) mãe/filho como suposto pai. Tudo de graça.

Se quiser, o pai pode reconhecer o filho de forma espontânea. A solicitação de paternidade, porém, deve ser feita por mães com filhos menores de idade ou pelo próprio filho, caso tenha mais de 18 anos.

Todas as escolas desse primeiro momento foram escolhidas por apresentarem os maiores índices de crianças sem o nome do pai no registro. A rede de ensino de Fortaleza é a maior do Ceará. Tem mais de 201 mil alunos. A Secretaria Municipal da Educação (SME) estima que 11 mil estudantes não tenham o nome do pai na certidão de nascimento. Isso representa 5,4% do total de matriculados no sistema.

O “Pai Presente” existe desde 2010. Foi implementado nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde então, registrou mais de seis mil reconhecimentos voluntários de paternidade só no Ceará.

201 MIL

Alunos estão matriculados na rede municipal de ensino de Fortaleza

11 MIL

Deles não têm o nome do pai na certidão de nascimento

6 MIL

Reconhecimentos de paternidade já foram feitos no “Pai Presente” do Ceará desde 2010

Escolas beneficiadas pela primeira etapa do projeto

21 de Maio Escola Professor Francisco Jaborandi (Jangurussu)

4 de Junho Escola Municipal Dois de Dezembro (Barra do Ceará)

6 de Agosto Escola Municipal Edith Braga (Aerolândia)

20 de agosto Escola Municipal Antônio Sales (Rodolfo Teófilo)



Juizado da Mulher de Fortaleza doa livros para usuários de transporte público conhecerem melhor a Lei Maria da Penha. Em agosto, a norma completa dez anos de luta contra a violência doméstica feminina

Começou pelo Papicu e pelo Conjunto Ceará. Mas muito em breve o Terminal Literário estará também nas integrações do Antônio Bezerra, Lagoa, Messejana, Parangaba e Siqueira. E fará com que os mais de um milhão de usuários do transporte público de Fortaleza tenham acesso a informações claras sobre a Lei Maria da Penha.

Essa conscientização será possível graças a uma parceria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza com a Prefeitura. Coube ao Judiciário doar livros sobre a legislação. O material psicoeducativo será disponibilizado junto com outras obras, adquiridas pelo Executivo Municipal a partir de parcerias ou por conta própria.

O material poderá ser lido gratuitamente. E nasce meses antes de a Lei Maria da Penha completar dez anos de vigência. O compartilhamento coletivo de livros conta com estantes de livros abertas ao público, onde o usuário do transporte público pode escolher exemplares de seu interesse, levar para casa e devolvê-los após o término da leitura.

“Por ser um local de grande circulação de pessoas diariamente, é de suma importância inserir a Lei Maria da Penha nessa biblioteca itinerante, cuja finalidade maior será a prevenção dos casos de violência contra a mulher, através do conhecimento”, frisa a magistrada Rosa Mendonça, titular do Juizado.

O Terminal Literário é uma realização da Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal da Cultura (Secultfor), com apoio do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor) e da Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira.



Por ser um local de grande circulação de pessoas diariamente, é de suma importância inserir a Lei Maria da Penha nessa biblioteca itinerante, cuja finalidade maior será a prevenção dos casos de violência contra a mulher, através do conhecimento

Rosa Mendonça
Juiz Titular do Juizado da Mulher

MAIS GENTE
PARA AJUDAR
NOS ACORDOS

Novos acadêmicos de Direito vão colaborar com os trabalhos dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, os Cejuscs, em Fortaleza e no interior do Ceará

A política do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) de expandir a estrutura de realização de acordos entre as partes de processos ganha um apoio importante. Onze novas vagas de estágio de nível superior foram abertas pelo Programa de Estágios do Poder Judiciário 2016-2017.

Todos os selecionados vão para os Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs), estejam eles em Fortaleza ou em municípios do interior do Ceará. Preferencialmente serão escolhidos universitários de cursos de Direito. Contudo, caso as vagas não sejam preenchidas, candidatos serão buscados em cursos de Administração.

A analista judiciária da Divisão de Seleção do TJCE, Ana Célia de Macedo Barros Rios, explica: “com a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, houve a necessidade de aporte de capital humano, com a consequente disponibilização de estagiários para supri-los. Daí a necessidade de ampliação e remanejamento dos estagiários para atender a área fim do Judiciário.”

Segundo a Divisão de Seleção e Gestão por Desempenho do Tribunal, já foi solicitado o preenchimento das vagas ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL-CE), que realiza a seleção.

O Programa de Estágios leva em consideração a Resolução nº 8/2013 do Órgão Especial do TJCE. O documento determina que a existência do número de estagiários não seja superior a 20% do quadro de pessoal permanente do Judiciário cearense.

SAIBA MAIS

Estimular a realização de acordos entre as partes de um processo é uma das determinações do novo Código de Processo Civil (CPC), que entrou em vigor na segunda quinzena de março, e da nova Lei de Mediação.

Com foco na Capital, o TJCE firmou convênio com duas universidades particulares, a Defensoria Pública e o Ministério Público para a estrutura do Cejusc do Fórum Clóvis Beviláqua ser ampliada.

A ideia é que a Unifor e a Faculdade Farias Brito transformem seus já existentes escritórios de prática jurídica em extensões do Cejusc do Fórum e, assim, possam ampliar a capacidade de atendimento do Centro. O mesmo vale para a unidade a funcionar na sede da Defensoria.

20 NOVOS COMEÇOS

Famílias à espera de autorização para adotarem crianças receberam o aval da Justiça em Fortaleza. Os termos foram entregues em comemoração ao Dia Nacional da Adoção

Juiz Jaime Medeiros



Vinte famílias ganharam uma nova data para comemorar. No último dia 24, elas receberam da 3ª Vara da Infância e Juventude do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, os termos definitivos de adoção de crianças à espera de um novo lar.

Na prática, isso significa que os pais adotivos podem emitir novas certidões de nascimento dos filhos, agora com o novo nome e sobrenome. O ato foi pensado em referência ao Dia Nacional da Adoção, celebrado em 25 de maio como forma de conscientizar a população de que é possível enxergar como filho aquele não nascido de uma gestação própria.

Sentimento que a auxiliar de farmácia Viviane Nepomuceno conhece bem. Ela era só ansiedade e sorriso na solenidade de entrega dos termos. “A partir de hoje, vou ser ainda mais mãe da Anna Alcília. A partir de agora, eu vou poder fazer tudo legalmente por ela. É como se ela tivesse nascido agora”. Além da Anna, Viviane adotou também os irmãos Hiude, de cinco anos, e Pedro Vinícius, de quatro anos, mesmo já tendo três filhos biológicos.

Juiz em respondência pela 3ª Vara, Jaime Medeiros parabenizou as mães e os pais, e se disse honrado de poder participar do momento. “Mais do que gratificado e alegre, me sinto um homem abençoado; sinto um canal de bons fluidos pela atitude de vocês e pelo enorme significado desse momento”, destacou.

Para o promotor de Justiça Sérgio Louchard, a adoção é um ato de “extrema grandeza e humanidade”. “Esse sim que vocês estão consolidando e dizendo para alguém ser alguém de fato e de direito perante a sociedade, esse abraço carinhoso que vocês passarão a dar nesta pessoa é que tornará essa pessoa um membro da sociedade e ela poderá dizer: eu tenho pai e mãe”, refletiu.

VOCÊ SABIA?

O Dia da Adoção foi criado em 1996, durante o I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção. A data existe para mostrar à sociedade que a adoção é apenas mais uma forma de paternidade/maternidade, e não deve ser encarada como a última maneira de se ter um filho. A adoção é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento que existe desde 1990. Esse direito é assegurado às crianças que perderam a proteção dos pais biológicos, independente da idade que tenham.



PARA APERFEIÇOAR OS TRABALHOS

Durante dois dias, presidentes dos tribunais de Justiça discutem no Ceará temas que permeiam o Judiciário e fazem dele um poder tão influente e necessário à democracia. O encontro contará com a presença da vice-presidente do STF, ministra Cármen Lúcia Antunes

Uma das mais importantes reuniões de representantes do Judiciário brasileiro acontece em junho em Fortaleza. O 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ) aproximará, nos dias 9 e 10, ainda mais os presidentes das cortes estaduais no debate de temas que vão fortalecer os sistemas de Justiça.

Fortaleza recebe o evento após um hiato de 15 anos. A última vez que a capital cearense sediou uma edição do Encontro foi em março de 2000, durante dois dias, na gestão da então presidente do TJCE, desembargadora Águeda Passos. Foi ela a primeira mulher a gerir o Judiciário no Ceará.

Agora, a segunda mulher a presidir o TJCE em 142 anos coloca novamente o Ceará no mapa dos debates. “Esse é um espaço para troca de experiências. Conhecer projetos e a realidade de colegas de outros estados nos abre possibilidades para aperfeiçoarmos o serviço do Judiciário aqui. Boas ideias merecem ser compartilhadas tanto quanto merecem ser debatidos assuntos delicados como a renegociação da dívida dos estados com a União. Desse encontro certamente sai uma Justiça muito mais forte”, acredita a presidente do TJCE e um dos 13 membros da Comissão Executiva do CTJ, desembargadora Iracema Vale.

Além da renegociação da dívida, questão já transformada em processo judicial por algumas unidades da Federação, a reunião abordará assuntos como mediação à distância, resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), permuta entre magistrados estaduais e políticas judiciárias de conciliação instituídas pela recente Lei de Mediação e pelo novo Código de Processo Civil (CPC).

Discutirá ainda a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata da autonomia funcional, administrativa e financeira da Polícia Federal. Todos os temas serão conduzidos por palestrantes oriundos do Judiciário, do Legislativo Federal e da própria Polícia Federal (para conhecer horários e nomes dos expositores confira a programação nas próximas páginas).

A proposta é debater esses temas, coletar proposições feitas pelos magistrados, parlamentares e demais autoridades e elaborar a “Carta de Fortaleza”. Trata-se de um documento redigido como último ato do Encontro. Ele contém as intenções do Judiciário a partir do que foi discutido.

“A Justiça Estadual precisa se organizar de acordo com a sua grandiosidade e relevância. Por isso, é fundamental a atuação do Conselho dos Tribunais de Justiça visando construir um discurso unificado e atuar cooperativamente na construção de políticas judiciárias que impactam os Tribunais”, frisa o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e do Conselho dos Tribunais de Justiça, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes.



A ministra Cármen Lúcia participará do Encontro

107º Encontro do Conselho de Tribunais de Justiça

Quando: 9 e 10 de junho.

Onde: Hotel Gran Marquise, na avenida Beira Mar, em Fortaleza.

Quem: presidentes de TJs e convidados.



O QUE É O CTJ?

Criado em 1992, em Minas Gerais, o Conselho de Tribunais de Justiça é hoje uma instituição tida como referência para consultas em parlamentos, tribunais e até Poder Executivo. Realiza encontros periódicos e põe em pauta temas de interesse do Judiciário. Em suma, prega quatro pontos: a defesa de princípios, prerrogativas e funções institucionais do Judiciário, especialmente das Justičas Estaduais; a interação dos TJs; o intercâmbio de experiências; e o estudo e aprofundamento dos temas jurídicos e das questões judiciais que possam ter repercussão em mais de um estado, buscando a uniformização de atendimentos.

70% DAS NOVAS AÇÕES judiciais distribuídas anualmente são para as justiças estaduais

81% DOS PROCESSOS hoje em tramitação no Brasil estão nas justiças estaduais

4 É O TOTAL DE VEZES que Fortaleza recebeu o Encontro do Conselho

A DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

Um dos temas mais polêmicos do momento, as dívidas bilionárias dos estados com a União serão tema de uma das palestras do Encontro. O Ceará tem a 12ª maior dívida dentre todos os estados e o Distrito Federal. No Nordeste, o montante é o quarto maior.

São Paulo	242 bilhões	Maranhão	3,8 bilhões
Minas Gerais	97 bilhões	Distrito Federal	3,7 bilhões
Rio de Janeiro	80 bilhões	Amazonas	3,3 bilhões
Rio Grande do Sul	54 bilhões	Pará	2,9 bilhões
Goiás	17,4 bilhões	Paraíba	2,8 bilhões
Paraná	16 bilhões	Rondônia	2,6 bilhões
Santa Catarina	15 bilhões	Sergipe	2,2 bilhões
Bahia	9,8 bilhões	Acre	2,1 bilhões
Alagoas	8,9 bilhões	Piauí	2,1 bilhões
Pernambuco	8,4 bilhões	Amapá	1,8 bilhão
Mato Grosso do Sul	7,2 bilhões	Tocantins	1,6 bilhão
Ceará	5,8 bilhões	Roraima	1,4 bilhão
Mato Grosso	5,8 bilhões	Rio Grande do Norte	1,2 bilhão
Espírito Santo	5,1 bilhões		

Fonte: Banco Central.

Para acessar dados estratificados por municípios:

<http://www4.bcb.gov.br/fis/dividas/dividas.asp>



Boas ideias merecem ser compartilhadas tanto quanto merecem ser debatidos assuntos delicados como a renegociação da dívida dos estados com a União. Desse encontro certamente sai uma Justiça muito mais forte

Desembargadora Iracema Vale
Presidente do Tribunal de Justiça

1994 25 DE NOVEMBRO Fortaleza sedia a 13ª edição do evento.

1997 7 A 9 DE DEZEMBRO Fortaleza sedia a 34ª edição do evento.

2000 15 A 17 DE MARÇO Fortaleza sedia a 101ª edição do evento.

2016 9 E 10 DE JUNHO Fortaleza sedia a 107ª edição do evento.



PROGRAMAÇÃO

🕒 6H 45MIN

Recepção dos presidentes dos Tribunais de Justiça no Aeroporto Internacional Pinto Martins

🕒 20H 30MIN

Solenidade de abertura no Palácio da Abolição, sede do Governo do Ceará.

🕒 21 HORAS

Jantar de boas-vindas no Palácio da Abolição



🕒 9 HORAS

Palestra do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) **João Otávio de Noronha**.

🕒 10H 40MIN

Apresentação da campanha institucional da ANB: "Somos todos juízes" por **João Ricardo dos Santos Costa**

🕒 14 HORAS

Considerações do presidente do Conselho de Tribunais de Justiça e pronunciamento da ministra **Cármen Lúcia**.

🕒 16 HORAS

Apresentação do presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, **Carlos Eduardo Miguel Sobral**, sobre a PEC 412/90, que trata da autonomia funcional, administrativa e financeira da PF.

🕒 17H 20MIN

Assuntos Internos*

🕒 9H 30MIN

Palestra do conselheiro do CNJ, **Luiz Cláudio Allemand**, sobre "Permuta entre magistrados estaduais vinculados a tribunais de diferentes estados e Escritório Digital."

🕒 11H 10MIN

Assuntos Internos

🕒 15 HORAS

Palestra do presidente do Fórum Nacional de Juízes Estaduais (Fonaje), desembargador **Jones Figueiredo**, sobre "Resolução 3/2016 do STJ - Competência para julgar reclamação envolvendo juizados especiais."

🕒 16H 20MIN

Palestra do Conselheiro do CNJ **Carlos Eduardo Oliveira Dias** sobre a "Resolução 219 do CNJ."

🕒 18H 20MIN

Elaboração da Carta de Fortaleza.

🕒 10H 10MIN

Palestra do ministro do STJ **Marco Aurélio Bellize** sobre "Mediação à distância."

🕒 12 HORAS

Almoço

🕒 15H 30MIN

Palestra do presidente do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), juiz **Hildebrando da Costa Marques**, sobre "Políticas judiciárias de conciliação instituída com a recente Lei de Mediação e o Novo CPC."

🕒 17 HORAS

Coffe Break

🕒 19 HORAS

Encerramento.

PALESTRANTES

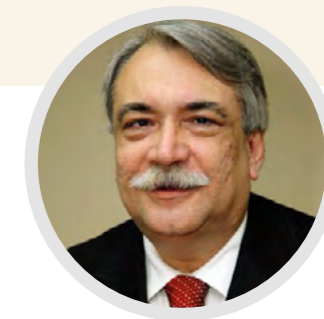


Luiz Cláudio Silva Allemand

Natural de Muqui, no Espírito Santo, está com 48 anos e é graduado em Direito. Tem três pós-graduações: em Direito Tributário, em Direito da Empresa e em Direito Processual Civil. É mestre em Direito Tributário e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Jones Figueiredo Alves

O atual presidente do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje) é desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Cursou Ciências das Comunicações Sociais, Direito e Administração Judiciária, e tem formação em escolas da Alemanha, França e Portugal. Integrou missão humanitária da ONU na África e foi assessor da Comissão Especial do novo Código de Processo Civil na Câmara Federal.



Hildebrando da Costa Marques

Graduado em Direito, o presidente do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação (Fonamec) tem pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil. Tem também MBA em Poder Judiciário. É juiz do Estado de Mato Grosso, onde coordena o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec/MT).

João Otávio de Noronha

Ministro do STJ e diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), é graduado em Direito e tem especialização em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil.



Marco Aurélio Bellize

É graduado em Direito e tem especialização em Gestão e Planejamento Estratégico e em Altos Estudos de Política e Estratégia. É mestre pela Universidade Estácio de Sá.

Carlos Eduardo Oliveira Dias

O hoje conselheiro do CNJ é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e tem especialização em Direito e Processo do Trabalho. Tem ainda mestrado e doutorado em Direito do Trabalho e pós-doutorado em Ciências Sociais, Humanidades e Artes.



Carlos Eduardo Miguel Sobral

É delegado de Polícia Federal desde 2003 e hoje preside a Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal (ADPF), em Brasília, onde está desde 2007 - após ser removido da Delegacia de Defesa Institucional da Superintendência Regional em Rondônia. Foi chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos, chefe do Serviço de Análise de Dados de Inteligência Policial da Coordenação-Geral de Polícia Fazendária e atuou na Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

JUSTIÇA ESTADUAL: A JUSTIÇA CIDADÃ

A Justiça Estadual pode, sim, ser reconhecida pela quantidade, pois detém 70% da distribuição de novas ações. Encontram-se sob sua responsabilidade 81% dos processos em tramitação no Judiciário Brasileiro (dados do Relatório Justiça em Números 2015 – Ano base 2014). Há também de ser reconhecida por sua capilaridade, pois está presente em vários municípios/comarcas. Mas precisa ser distinguida, sobretudo, pela gama de conflitos que lhe são apresentados rotineiramente, pois a ela pertence tudo o que não está afeto às outras justiças.

De conflitos no trânsito a questões de família; de falências a ações relacionadas à fazenda estadual ou municipal; de processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher a crimes de competência do júri; de atritos provenientes das relações de consumo aos conflitos agrários; de julgamento de infrações de crianças e adolescentes àquelas cometidas contra as crianças e adolescentes – esses exemplos demonstram como é abrangente a atuação da Justiça Estadual que ainda se subdivide em Justiça Comum e Juizados Especiais.

Comprovadamente atuante e presente no dia a dia do cidadão, das empresas, instituições ou organizações, a Justiça Estadual precisa se organizar de acordo com a sua grandiosidade e relevância. Por isso, é fundamental a atuação do Conselho dos Tribunais de Justiça visando construir um discurso unificado e atuar cooperativamente na construção de políticas judiciárias que impactam os Tribunais. O 107º Encontro do Conselho é mais uma oportunidade para o debate e o amadurecimento, com o objetivo de fortalecer esta justiça cidadã.

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes
Presidente do TJMG e do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil



Foto: Renata Caldeira

POR UMA JUSTIÇA AINDA MAIS FORTE

A realização de um novo Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça em Fortaleza é provavelmente um dos acontecimentos mais relevantes dos últimos tempos para o Judiciário cearense. Porque coloca mais uma vez o Ceará no mapa dos debates de grande repercussão nacional.

Muita coisa mudou depois de 21 anos da primeira oportunidade em que o evento ocorreu aqui, nos idos de 1994. Conjecturas sociais modificaram-se. Novas concepções surgiram. E o TJCE cresceu. Expandiu jurisprudências. Alargou o próprio alcance com ações para além dos gabinetes e fóruns. É hoje, portanto, não apenas maior estruturalmente. É 'mais'. Assumiu um caráter humanista. Não 'somente' julga.

De similar com o TJCE de duas décadas atrás, o tribunal de agora tem 'apenas' o fato de novamente uma mulher estar no seu comando. Coincidência ou não, quando o Encontro do Conselho aconteceu em Fortaleza pela primeira vez, era a desembargadora Águeda Passos quem presidia a Corte. Uma precursora. Uma visionária.

É por entendermos a importância de termos todos os presidentes de Tribunais de Justiça aqui junto com autoridades e convidados que acolhemos os colegas com alegria, honra e vontade de trocar experiências. De aprender as melhores formas de gerir um poder tão complexo quanto necessário à nossa recente democracia.

Vamos compartilhar inteligências para termos no Brasil uma Justiça cada vez mais próxima da população. Tem sido esse o nosso objetivo maior à frente do TJCE. Já conquistamos muito, seja por iniciativa própria ou através de parcerias firmadas com outras instâncias do poder público e a iniciativa privada.

Praticamente eliminamos, por exemplo, a existência de comarcas de Entrância Inicial sem juízes ao realizarmos a maior posse da história do Tribunal em fevereiro último. De uma única vez, 76 novos magistrados ingressaram nos quadros do Judiciário. Isso representou benefício direto a mais de 1,5 milhão de cearenses.

Além disso, proporcionamos oportunidade de reinserção social a apenados e egressos do sistema prisional ao ofertarmos emprego com o apoio de construtoras. Também possibilitamos a adoção afetiva e financeira de crianças e adolescentes em abrigos à espera de uma nova família. Encurtamos ainda o tempo de espera do preso para a primeira audiência com um juiz. Aperfeiçoamos as ferramentas de transparência. E melhoramos os serviços de digitalização e distribuição processual.

Mas queremos mais. Precisamos de mais porque ainda temos uma população extremamente carente de inclusão social. A desigualdade é enorme. Assola da capital aos municípios interioranos. Somado a isso, temos um povo habituado a solucionar a menor das demandas na Justiça. E, sabemos, nem toda disputa precisa de uma decisão judicial para ser encerrada. Às vezes, um simples diálogo basta. Algo buscado de forma incessante por nossos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania, os Cejuscs.

Ter representantes de todos os tribunais aqui propicia o bom debate ao Judiciário. É esse o momento de dialogarmos sobre possibilidades. Para superarmos os entraves, aperfeiçoarmos metodologias e, o mais importante, alcançarmos um número cada vez maior de pessoas. Do Encontro, tenho certeza, sairá uma Justiça ainda mais forte, unida e consciente do seu verdadeiro – e amplo – papel social.

Desembargadora Iracema Vale
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará





HOMENAGENS E COMEMORAÇÕES

Três décadas de trabalhos de excelência e muita gente a agradecer. O Judiciário cearense diz “obrigado” a quem faz da Escola da Magistratura uma entidade sólida e cheia de planos

Os 30 anos de atuação da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) serão completados somente em setembro. As comemorações, no entanto, já iniciaram. E é longa a lista de homenageados. Sete deles receberam, no último dia 18 de maio, a Medalha Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, instituída em 2006 para reconhecer a importância de professores, educadores visitantes, alunos, funcionários e colaboradores.

A entrega da honraria foi feita pela presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Iracema Vale. “É possível afirmar hoje, com segurança, que a Esmec jamais seria uma instituição que se caracteriza por sempre buscar garantir a melhor capacitação jurídica e profissional se não fosse a colaboração de cada um dos ora agraciados”, disse ela.

Representando os professores, o jurista Paulo Bonavides recebeu a medalha. O desembargador Roberto Portugal Barcelar representou o corpo de professores visitantes. Já a servidora Euwláudia de Figueiredo Fontenele Sampaio Cunha representou o corpo funcional da entidade, enquanto Leila Maria Bezerra D’Almeida Dumont representou os alunos.

Também foram homenageados o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o juiz Marcelo Cavalcante Piragibe Magalhães, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG); e o professor Jackson Coelho Sampaio, reitor da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Todos por serem relevantes colaboradores da Escola.

Segundo Iracema Vale, a “outorga evidencia que os homenageados passam a ostentar um símbolo do reconhecimento, do respeito e da gratidão do Judiciário cearense aos que sempre estiveram dispostos a colaborar com o seu crescimento acadêmico e institucional, sem quaisquer hesitações.”

Marcelo Cavalcante Piragibe Magalhães falou em nome dos agraciados. “Nos seus quase trinta anos de criação, [a Esmec] é hoje referência nacional e modelo em termos de formação inicial e permanente de magistrados. Como Escola judiciária, a Esmec se firmou como uma das mais importantes do País”, reconheceu o magistrado.

SERVIÇO

Escola Superior da Magistratura (Esmec)

Onde: Rua Ramires Maranhão do Vale, nº 70, no bairro Água Fria, em Fortaleza

Telefone: (85) 3218.6188

Site: <http://portais.tjce.jus.br/esmec>

E-mail: esmec@tjce.jus.br

SAIBA MAIS

A data certa de aniversário da Esmec é 30 de setembro. A escolha dos sete homenageados com a Medalha foi referendada no dia 17 de agosto de 2015, em reunião do Conselho de Ex-Diretores da Esmec. A Medalha Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra havia sido entregue apenas nos anos de 2007 e 2010.

QUEM FOI O DESEMBARGADOR JÚLIO CARLOS?

O desembargador Júlio Carlos de Miranda foi o idealizador da Esmec e quem elaborou o Regimento Interno da entidade, em vigor até hoje. Ele dirigiu a instituição até 1990. Foi também professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), advogado, procurador-geral do Estado, presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM) e presidente do TJCE no biênio 1985/1986. Faleceu em 6 de setembro de 2005 e dá nome ao atual edifício-sede da Esmec e ao Palácio da Justiça.

Síntese

Edson Gomes
Jornalista

edsongomes@tjce.jus.br

ALTA PRODUTIVIDADE

Sete magistrados do Grupo de Descongestionamento Processual do Interior julgaram 658 ações em cinco dias. O trabalho teve a supervisão do desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto e contou com apoio de seis servidores. Eles também prolataram 34 despachos e uma decisão interlocutória. A força-tarefa ocorreu de 9 a 13 de maio nas comarcas de Itapipoca e Tejuçuoca. O próximo mutirão ocorrerá de 19 a 25 de junho, em Brejo Santo.

INCENTIVO AOS ESTUDOS

Treze estudantes de cursos de Direito estagiários da Secretaria Judiciária de Família do Fórum de Fortaleza estão recebendo um incentivo a mais para o estudo. A unidade criou um grupo no WhatsApp para enviar, semanalmente, artigos relacionados à competência das Varas de Família, além de sortear livros sobre temas variados.

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Para agilizar a tramitação dos processos, promotores de justiça e defensores públicos que atuam em Maracanaú estão sendo intimados por meio de recursos eletrônicos. A determinação é do diretor do Fórum local, juiz Augusto César de Luna, e está valendo desde o último dia 9 de maio.

PRIORIZANDO A ADOÇÃO

Várias comarcas do Interior estão criando o Cadastro Municipal de Adoção para incentivar a adoção de crianças e regularizar situações de fato. O caso mais recente foi da Comarca de Cariré, localizada a 287 quilômetros de Fortaleza. As inscrições serão feitas na Secretaria da Vara, mediante preenchimento de formulário. A ideia é assegurar uma convivência familiar e saudável para crianças e adolescentes, por meio de procedimentos legais executados pela Justiça.

MAIS ATENDIMENTO PRA MULHER

O Juizado da Mulher de Fortaleza contará com mais um apoio ao atendimento à mulher vítima de violência doméstica. Uma extensão da Unidade funcionará na Casa da Mulher Brasileira, prevista para inauguração em agosto. A iniciativa faz parte do programa do Governo Federal “Mulher, Viver sem Violência”, que está instalando casas de atendimento à mulher vítima de violência em todo o Brasil.

FRASE

“Chorar é diminuir a profundidade da dor.”
William Shakespeare



382 APENADOS COM DIREITOS ASSEGURADOS

Apenados do Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira (IPPOO) II são beneficiados com ação promovida pelo Judiciário e Governo do Estado

O princípio é simples: só deve ficar preso em regime fechado quem realmente precisa. E mais: se o detento tem direitos, eles devem ser respeitados. Assim, 382 apenados do IPPOO II, em Itaitinga, na Região Metropolitana de Fortaleza, foram beneficiados por mais uma edição do programa “Justiça no Cárcere”, uma iniciativa do Poder Judiciário em parceria com a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania (Sejus).

Juntas, as 2ª e 3ª Varas de Execução Penal (VEP) de Fortaleza analisaram a situação do processo de 739 presos. E concluíram que, entre outras decisões, 51% deles poderiam receber benefícios como prisão domiciliar, progressão para regime aberto, indultos, extinção da pena, saídas temporárias, livramentos condicionais e trabalhos externos.

O Ceará tem hoje 24 mil apenados, segundo a Sejus. Desses, 17 mil estão recolhidos em alguma unidade prisional. “Os números do mutirão mostram que o resultado foi muito bom, apesar do volume de trabalho. A ação deu mais celestidade aos processos. Um resultado desse jamais conseguiríamos sem uma ação concentrada, trabalhando somente dentro do Fórum”, analisa a titular da 2ª VEP e auxiliar da Vice-Presidência do TJCE, juíza Luciana Teixeira.

Juíza Luciana Teixeira

Além da revisão das penas, a força-tarefa verificou a qualidade do funcionamento da unidade. Também participaram da mobilização representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria dos Presídios e Estabelecimentos Penitenciários de Fortaleza. “A gente pode dizer que regularizou os processos, reconheceu direitos já alcançados e promoveu a aproximação do Judiciário da população carcerária”, acrescenta Luciana.

Titular da Sejus, o advogado Hélio Leitão classifica a mobilização como um sucesso. E adiantou que deve repeti-la noutras unidades prisionais. “Não temos medido esforços para reduzir o excedente carcerário. A realização desses atendimentos intensivos, em especial para pessoas do regime semiaberto, é fundamental para alcançarmos isso”, avalia o secretário.



SAIBA MAIS

O mutirão durou quatro dias e as audiências com os presos tinham cerca de 20 minutos cada.

Além da revisão da pena, foi verificado se os apenados poderiam posteriormente ser direcionados para trabalhos externos, por meio de projetos de ressocialização.

Também foi analisada a possibilidade de apenados do regime semiaberto oriundos de outros municípios cumprirem as penas nas suas cidades de origem.

NÚMEROS

24 MIL

É o número de apenados no Ceará atualmente, segundo a Sejus

17 MIL

Desses apenados estão em unidades prisionais

153

É a quantidade de unidades prisionais e cadeias públicas existentes hoje no Ceará

OS TRÊS ESCOLHIDOS

INICIATIVAS PARA MELHORAR O SERVIÇO DO JUDICIÁRIO SÃO ESCOLHIDAS ANUALMENTE. NESTA EDIÇÃO, AS IDEIAS MAIS VOTADAS EM ENQUETE NASCERAM EM MARACANAÚ, FORTALEZA E ITAPIOCA

Já foram reveladas as iniciativas vencedoras do Prêmio Melhores Práticas de Gestão 2015 do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A escolha foi feita em votação na Intranet do Judiciário, por servidores e magistrados.

Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do TJCE, o trabalho “Execução eficiente de medidas socioeducativas em meio aberto” ficou em primeiro lugar. A autoria é do juiz titular da 2ª Vara Cível de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, Augusto César de Luna Cordeiro Silva. O magistrado explica a iniciativa como uma ideia cujo objetivo é evitar a reincidência de atos infracionais de jovens em conflito com a lei.

O segundo lugar ficou com o projeto “Mediação Judicial como resolução de conflitos em fase pré-processual”, do juiz titular do 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza, Carlos Henrique Garcia de Oliveira. Conforme o magistrado, a prática busca facilitar o diálogo entre as partes por meio de uma conversa pautada em técnicas de mediação.

Completando a lista, o terceiro lugar foi do projeto “Dialogando com o Judiciário: maior aproximação com a população via programa de rádio”. A autora é a juíza de Itapipoca, Samara de Almeida Cabral, cidade distante 147 quilômetros de Fortaleza. De acordo com a magistrada, a proposta é “promover uma maior democratização da Justiça”. Para isso, ela vai à rádio local discutir temas atuais de Direito que sejam de interesse da comunidade.

Conforme a Seplag, dez práticas concorreram ao prêmio, cujo objetivo é promover a troca de experiências de trabalho entre as diversas unidades administrativas e judiciárias, além de contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

MULTIMÍDIA

PARA CONHECER TODOS OS TRABALHOS
[HTTP://BIT.LY/1YW6MUR](http://bit.ly/1YW6MUR)

SUGESTÃO CULTURAL

João Carlos Santos
Auxiliar de serviços gerais da
Corregedoria Geral da Justiça



FILME

A Virada

O filme conta a história de Jan Austin, dono de uma concessionária que vende carros usados. De forma manipuladora, ele tenta a todo custo vender os automóveis com o preço bem acima do que comprou. Por esse motivo, até a família deixa de acreditar nele. Jan aprende, através da palavra de Deus, mudar e fazer com que não perca a esposa e o filho. Para João Carlos, a história mostra que "Deus pode fazer milagres na vida das pessoas."

Mavis Rios
Major da Assistência
Militar do TJCE



LIVRO

Felicidade Clandestina

O livro é de Clarice Lispector e reúne 25 contos que falam sobre diversos temas relacionados a infância, adolescência e família. O nome do livro é o título do primeiro conto. Conforme Mavis, a obra "aborda as inquietações da existência humana e instiga o leitor a pensar mais sobre si mesmo."

Vanderni Freitas
Oficial de Justiça



LIVRO

Stoner

A obra foi escrita por John Williams e conta a história do filho único de um agricultor que vai para a faculdade e se apaixona pela literatura. O rapaz vira professor universitário, a contragosto do pai. "O que mais chama a minha atenção no livro é o amor que ele tem pela leitura e como a vida de uma pessoa comum é contada", destaca Vandeni.

Camilla Carneiro
Jornalista



SÉRIE

Outlander

É uma série que conta a história de Claire, uma enfermeira que vive no ano de 1945 com seu marido, Frank. Durante viagem de lua de mel para a Escócia, ela volta no tempo para o ano de 1743, em uma Escócia em guerra com os ingleses. Lá, ela se envolve com o jovem escocês Jamie e fica dividida entre os dois mundos. "É baseada em um livro homônimo. É um romance, com guerras e batalhas, além de uma aula de História. É muito interessante."

Em defesa da mulher



Faça como o
Judiciário: não
silencie diante
da violência
doméstica.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA